

SECRETARIA DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS
LOA Nº 674/2015

LEI Nº 674, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

**ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO
PARA O EXERCÍCIO DE 2016.**

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE BETÂNIA, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições conferidas pelo art. 165 da Constituição Federal e do inciso III do § 1º do art. 124 da Constituição do Estado de Pernambuco, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 031/2008, submete a apreciação da Câmara o seguinte projeto de lei:

CAPÍTULO I

**Seção Única
Da Abrangência**

Art. 1º Esta Lei estima a Receita do Município para o exercício financeiro de 2016 e fixa a Despesa em igual importância, compreendendo, nos termos do art. 165 § 5º da Constituição Federal:

I - o orçamento fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta;

II - o orçamento da seguridade social, abrangendo às entidades e órgãos da Administração direta e indireta, incluídos fundos, responsáveis pela saúde e assistência social.

CAPÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**Seção I
Da Estimativa da Receita**

Art. 2º A receita orçamentária total é estimada em R\$ 36.732.000,00 (trinta e seis milhões setecentos e trinta e dois mil reais) em:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 23.307.000,00 (vinte e três milhões trezentos e sete mil reais);

II - Orçamento da Seguridade Social no valor de R\$ 7.025.000,00 (sete milhões e vinte e cinco mil reais), onde:

a) R\$ 3.870.000,00 (três milhões oitocentos e setenta mil reais) compreende receitas de saúde;

b) R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) compreende receitas de assistência social;

c) R\$ 2.675.000,00 (dois milhões seiscentos e setenta e cinco mil reais) correspondente às receitas do Regime Próprio de Previdência Social.

III - Orçamento de Investimentos no valor R\$ 6.400.000,00 (seis milhões e quatrocentos mil reais)

Art. 3º As receitas são estimadas por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, conforme o disposto no Anexo 01.

Art. 4º As Receitas estimadas no orçamento serão arrecadadas na forma da legislação em vigor, de acordo com o desdobramento constante do Anexo 02.

Seção II

Da Fixação da Despesa

Art. 5º A Despesa Orçamentária total, no mesmo valor da Receita, é fixada por função, Poderes e Órgãos, em R\$ 36.732.000,00 (trinta e seis milhões setecentos e trinta e dois mil reais) e desdobrada nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias em:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 19.321.000,00 (dezenove milhões trezentos e vinte e um reais);

II - Orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$ 11.212.000,00 (onze milhões duzentos e doze mil reais), onde:

a) R\$ 5.807.000,00 (cinco milhões oitocentos e sete mil reais) compreende despesas com saúde;

b) R\$ 2.730.000,00 (dois milhões setecentos e trinta mil reais) são despesas com assistência social;

c) R\$ 2.675.000,00 (dois milhões seiscentos e setenta e cinco mil reais) correspondentes às despesas com previdência social.

III - Orçamento de Capital, no valor de R\$ 6.199.000,00 (seis milhões cento e noventa e nove mil reais).

Parágrafo único - R\$ 4.187.000,00 (quatro milhões cento e oitenta e sete mil reais) das despesas fixadas nas alíneas "a" e "b", do inciso II deste artigo, serão custeadas com recursos do Orçamento Fiscal.

Seção III

Da Distribuição da Despesa por Órgãos

Art. 6º A Despesa Total, fixada por Funções, Sub-funções, Projetos, Atividades e Operações Especiais dos Poderes e Órgãos, está discriminada nos Anexos 06 a 09 desta Lei, consoante disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e regulamentações específicas.

Art. 7º As categorias econômicas e despesas por grupos estão demonstradas de forma analítica, individualizada por órgão, no Anexo 02 e consolidadas no Resumo da Natureza da Despesa.

Seção IV

Da Autorização para Abertura de Crédito Adicional Suplementar

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a quarenta por cento da despesa fixada nos orçamentos, fiscal e da seguridade social, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Lei, mediante a utilização de recursos permitidos no § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320/64 e disposições da LDO para 2016.

Art. 9º O limite autorizado no art. 8º não será onerado quando o crédito se destinar a:

I - atender insuficiência de dotações do Poder Legislativo, por meio de anulação de saldos de dotações de despesas da Unidade Orçamentária da Câmara Municipal;

II - atender insuficiência de dotações do grupo Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de saldos de dotações orçamentárias;

III - atender ao pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortizações e juros da dívida, mediante utilização de recursos provenientes de anulação de dotações;

IV - atender obrigações do sistema previdenciário, com recursos de anulação de dotações orçamentárias;

V - atender despesas vinculadas a convênios, observada a destinação prevista no instrumento respectivo e parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000;

VI - atender insuficiências de outras despesas de custeio e de capital consignadas em Programas de Trabalho dos Sistemas Municipais de Saúde, de Ensino e de Assistência Social, mediante o cancelamento de dotações orçamentárias;

VII - reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o que dispõe o art. 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000;

VIII - excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Municipal; e

IX - abrir créditos suplementares relativos a despesas financiadas por convênios novos ou reativados, não incluídos nas previsões orçamentárias, na forma do que dispõe o artigo 7º da Lei nº 4.320/64, através de Decreto do Poder Executivo, para alterações ou inclusões de grupos de despesa em categorias econômicas de atividades, projetos e operações especiais, sendo a fonte de suplementação o próprio convênio.

Seção V

Da Autorização para Realizar Operações de Crédito

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - Realizar operações de crédito por antecipação de receita orçamentária nos termos do art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000, obedecidas às normas do Banco Central do Brasil e Resoluções do Senado Federal, desde que as obrigações sejam pagas dentro do mesmo exercício de 2016.

II - Contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para a modernização administrativa e tributária, bem como a execução de programas de habitação e saneamento, respeitados os limites da Lei Complementar nº 101/2000, de Resoluções do Senado Federal e disposições da legislação pertinente.

CAPÍTULO III

Seção Única

Das Disposições Gerais

Art.11. A utilização de dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos próprios.

Art.12. Na fixação dos valores das dotações para pessoal foram consideradas projeções para acréscimos de despesas destinadas a atender as disposições do §1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art.13. O Chefe do Poder Executivo, no âmbito deste Poder, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas e para garantir as metas de resultado estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, consoante legislação específica.

Art. 14. O Poder Executivo estabelecerá Programação Financeira, onde fixará as medidas necessárias a manter os dispêndios compatíveis com as receitas a fim de obter o equilíbrio financeiro.

Art. 15. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, contando-se seus efeitos a partir de 1º Janeiro de 2016.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 10 de dezembro de 2015.

EUGÊNIA DE SOUZA ARAÚJO
PREFEITA

Publicado por:

Neuma Maria Antunes Teodoro

Código Identificador:BAD5C404

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI 671/2015

LEI Nº 671 /2015

Ementa: Fixa alíquota de contribuição previdenciária para o FUNPREBE- Fundo Previdenciário do Município de Betânia e dá outras providências .

A Prefeita Municipal de Betânia no uso de suas atribuições legais e o disposto no Art. 5º da Lei nº 661 de 20/06/2014; encaminha à apreciação da Câmara Municipal de **Betânia** o seguinte Projeto de Lei :

Art. 1º . A contribuição previdenciária de responsabilidade do ente relativa ao custo normal dos beneficiários previdenciários e ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de 13% (treze por cento) incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos .

Art.2º . Para custeio do déficit atuarial fica instituída, também, a contribuição a cargo do ente o percentual de alíquota do custo suplementar, conforme tabela abaixo discriminada, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos efetivos, para o período de **2015 a 2044**.

Ano	Ativos	Inativos e Pensionistas	Ente	Ente
	Custeio Normal	Custeio Normal	Custeio Normal	Custeio Suplementar
2015	13,00%	13,00%	13,00%	15,00%
2016	13,00%	13,00%	13,00%	18,00%
2017	13,00%	13,00%	13,00%	21,00%
2018	13,00%	13,00%	13,00%	24,00%
2019	13,00%	13,00%	13,00%	27,00%
2020	13,00%	13,00%	13,00%	30,00%
2021	13,00%	13,00%	13,00%	33,00%
2022	13,00%	13,00%	13,00%	36,00%
2023 a 2044	13,00%	13,00%	13,00%	68,89%

Art. 3º. Mantem-se inalterada a alíquota de contribuição previdenciária de 13% (treze por cento) incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos efetivos e sobre as parcelas dos proventos de aposentadoria e de pensão que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social e o dobro deste limite do que trata o art. 201 da Constituição Federal, quando o beneficiário, na forma da Lei, for portador de doença incapacitante.

Art. 4º. As contribuições correspondentes às alíquotas normal e suplementar, relativas ao exercício de **2015** serão exigidas a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da publicação desta **lei** .

Art. 5º. Em caso de manutenção ou aumento da alíquota de contribuição de responsabilidade do ente poderão ser estabelecidas por meio Lei para ajustá-la à cada reavaliação atuarial anual .

Art. 6º. Esta **Lei** entrará em vigor a partir do dia 1º do mês subsequente a sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Betânia , 09 de setembro de 2015.

Eugênia de Souza Araújo

Prefeita

Publicado por:
Neuma Maria Antunes Teodoro
Código Identificador:BAEEC684